



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Oliveira Cesar de, Guacira; Sant'Anna, Wânia

Chega de saudade, a realidade é que...

Revista Estudos Feministas, vol. 10, núm. 1, jan., 2002, pp. 199-207

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38110113>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CHEGA DE SAUDADE, A REALIDADE É QUE...

GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA

Articulação de Mulheres Brasileiras

WÂNIA SANT'ANNA

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Conselho Nacional de Combate à Discriminação

Resumo: Este artigo retoma o tema da diversidade no movimento de mulheres, a partir de uma reflexão sobre o envolvimento da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) na III Conferência Mundial contra o Racismo. As condições que determinaram essa atuação são buscadas nos confrontos e negociações que marcaram as trajetórias da organização política das mulheres e do pensamento feminista no Brasil. Para as autoras, o debate sobre as condições específicas da subordinação, proposto pelas mulheres negras, abriu espaço para outras abordagens sobre o papel das mulheres nos sistemas de produção e reprodução, assim como sobre o caráter patriarcal e escravocrata da sociedade brasileira. Contudo, tais abordagens só passaram a ser incorporadas à prática do movimento feminista ao longo da preparação das Conferências de Beijing e Beijing+5. Nesse sentido, a participação da AMB em Durban sinalizaria o avanço no reconhecimento da identidade das mulheres negras, na afirmação da diversidade e na construção de uma agenda política que coloca no centro a intersecção das discriminações de gênero e raça.

Palavras-chave: movimento de mulheres, feminismo, mulheres negras, plataforma de Beijing, gênero.

Apresentação

O que motivou a ação da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) em relação à Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas? Quais foram os caminhos políticos de construção da iniciativa? Que contribuições se fizeram para o avanço/retrocesso das questões de gênero? Essas são as questões a que buscamos responder neste artigo.¹

Considerando o mandato da AMB, talvez a resposta mais direta, e quase conjuntural, a essas perguntas nos remetesse aos resultados da IV Conferência Mundial da Mulher

Copyright © 2002 by Revista Estudos Feministas

¹Este artigo, nas contribuições de Wania Sant'Anna, é uma homenagem a duas mulheres e a duas organizações. Uma homenagem a Lélia Gonzales, mulher negra que, ainda que por caminhos controversos, logrou instigar uma geração de outras mulheres negras a desafiar o mundo das organizações negras e de mulheres. Lélia, uma mulher, sem dúvida, de coragem radical ainda muito mais elevada do que aquelas que, por aqui, deixou e um dia irá re-encontrar. Uma homenagem a Beatriz Nascimento, historiadora e acadêmica, linda e exuberante intelectual, brutalmente assassinada diante da sua decisão pessoal de defender da violência uma outra mulher. E, finalmente, ao Nzanga – Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro – e ao Mãe Andrezza, do Centro de Cultura Negra do Maranhão, por razões que a Wania jamais terá "talento" e "competência" de dizer o porquê. Valeu, Dandaras, a luta continua e a vitória é certa!!!

(Beijing 1995). Colocaríamos, então, o acompanhamento da Plataforma de Ação de Beijing no centro dos nossos argumentos, reforçaríamos os princípios tomados como mandato da AMB. No entanto, existe algo mais de fundo a ser mencionado: a memória e trajetória da organização do movimento de mulheres e feminista no Brasil.

O envolvimento da AMB no processo preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas não é apenas expressão dos resultados alcançados em Beijing e do mandato assumido pela AMB depois desse evento. Tal envolvimento é resultado de um debate anterior e diz respeito à história de embates havidos no interior da organização política das mulheres brasileiras e à trajetória do pensamento feminista no Brasil.

Abrir mão dessa perspectiva seria abrir mão dessa história, e aprendemos que não podemos nos dar o luxo de 'esquecer' o que já é história. Em última instância, diríamos que, no Brasil, a história das mulheres, dos povos indígenas e dos afrodescendentes não pode dispensar essas reflexões. Então, cabe à AMB, em situações como essa, zelar por princípios fincados em sua origem, que, embora considerada muito remota, é em grande medida razão de sua existência. Afinal, a AMB constitui em si mesmo um resultado da ação do movimento de mulheres e feminista no Brasil.

Da cozinha à maternidade

Durante os anos 1980, as reflexões e a intensa movimentação dos grupos de mulheres e feministas no Brasil lograram estabelecer uma riquíssima agenda de discussão. Conta-se aí, e não estaríamos equivocadas nessa lista mínima, um sem-número de temas surpreendentemente distintos e, ao mesmo tempo, interligados. Tratamos de discutir: a criação de mecanismos institucionais (conselhos, delegacias da mulher, abrigos destinados às mulheres vítimas de violência, etc.); os limites da organização de mulheres em espaços francamente identificados como instâncias de poder (partidos políticos, sindicatos e igrejas); os formatos novos de organização (comissões, organizações não-governamentais de mulheres); a expansão das ações e atividades de visibilidade e fortalecimento da capacidade de pressão política (realização de encontros em âmbito regional, nacional e mesmo regional latino-americano, materializados nos Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenho); os limites e possibilidades das ações de combate à criminalização do aborto; a imperiosidade de tratar as mazelas da violência doméstica como assunto próprio ao debate público, execrando o tratamento privado que foi até então dado a essa questão. Enfim, é difícil não classificar o período como 'os anos dourados' da discussão política sobre a subordinação feminina no Brasil e momento de glória dos ideais feministas.

Nesse imenso conjunto de 'frontes' inclui-se, diligentemente, o debate sobre as condições específicas de subordinação a que estavam/estão submetidas as mulheres negras brasileiras.² Esse debate, não há como negar, foi introduzido por mulheres negras que, em espaços públicos e de organização das mulheres (ou seja, amplos), apontavam a necessidade de demarcar as especificidades desse grupo diante, principalmente, das mulheres brancas.

² Esse é também um período de grande visibilidade das organizações de mulheres trabalhadoras rurais que, na melhor expressão da teoria feminista, criticam a separação das esferas produtiva e doméstica e a aceitação incondicional dos valores típicos das relações produtivas no âmbito das relações formais, que denegavam/denegam as atividades realizadas pelas mulheres no interior da pequena propriedade rural. Além disso, nas mulheres rurais deve-se destacar o mérito de questionar e denunciar as resistências quanto a sua participação autônoma nas organizações sindicais rurais e outras que se identificavam/identificam como de defesa aos trabalhadores rurais.

Poderíamos desfiar um rosário de situações caracterizadas como embate, como confronto e, também, como negociação. No entanto, de acordo com os propósitos deste artigo, vale recordar, ao menos, os argumentos que sustentavam o embate e o confronto.

É interessante, por exemplo, notar que os argumentos levantados pelas mulheres negras constituem-se, na sua raiz de argumentação, em um dos mais caros à teoria feminista. Incluíam as implicações advindas de uma percepção mais abrangente sobre o papel das mulheres no sistema de produção e reprodução (e necessidade de romper com as noções intransferíveis e desconexas de público e privado), especialmente na ordem do sistema capitalista e ideal da sociedade moderna. Incluíam, também, uma percepção singularmente sugestiva sobre sexualidade – nesse caso forçando uma reflexão mais abrangente sobre as características tanto patriarcal como escravocrata incontestavelmente típicas da sociedade brasileira.

No primeiro caso, as mulheres negras questionavam os valores existentes na relação entre patroa e empregada doméstica e, também, as desventuras por elas (mulheres negras) sofridas na realização de sua maternidade e exercício da sexualidade (objetiva e subjetivamente). Apontavam, por exemplo, que falar de violência na relação homem-mulher, levada a cabo no âmbito privado, exigia mencionar algo sobre as relações desrespeitosas existentes entre patroas e empregadas domésticas – essas últimas em sua grande maioria afrodescendentes.³

Aliás, sobre essa relação – patroas *versus* empregadas domésticas – assinalavam a inconsistência dos argumentos em defesa das mulheres trabalhadoras que desconsideravam o sistemático descumprimento dos direitos no tocante às mulheres trabalhadoras no serviço doméstico. Entre o constrangimento e a culpa, viamo-nos ‘obrigadas’ a negociar toda uma pauta de reivindicações próprias a essa categoria profissional, considerando, inclusive, o emprego doméstico como uma profissão.

No que diz respeito ao exercício da maternidade e à percepção acerca da sexualidade, os problemas eram, igualmente, de fundo. As mulheres negras insistiam com toda razão que a política populacional e o escândalo do número elevadíssimo de mulheres esterilizadas tinham nas mulheres negras sua face mais perversa. De fato, era uma crítica quase impossível de ser derrubada, dada a essência de sua verdade.⁴

Sobre a sexualidade, as mulheres negras iam ainda mais longe na denúncia do desrespeito presente na concepção quase mitológica da mulata como símbolo sexual. Recordando esses momentos, é difícil negar o quanto éramos, no passado, segundo uma concepção feminista de mundo, mais radicais do que hoje. Naquele tempo, logrou-se elaborar uma crítica fina tanto às situações de privação como às situações simbólicas de subordinação – essas últimas no plano das representações e do imaginário social sobre as mulheres negras.

Nesse exercício pleno de radicalização em busca de reconhecimento político das especificidades que tocavam as mulheres negras como mulheres, questionando as interpretações que atestavam sermos todas iguais, foram elaboradas críticas de fundo sobre o alcance que uma análise das diferenças entre mulheres negras e brancas teria, diferenças essas que não ficavam reduzidas apenas a questões de classe. Em uma

³São históricos os artigos de Lélia Gonzalez a esse respeito, bem como as publicações elaboradas por organizações negras no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Região Nordeste.

⁴É interessante recorrer aos boletins, panfletos e denúncias públicas elaboradas pelas mulheres negras, organizadas ou não, sobre os efeitos das políticas de controle populacional e com indignação diante dos casos de esterilização marcadamente identificados junto às mulheres negras, pobres e residentes em áreas periféricas e rurais, especialmente na Região Nordeste do País.

apreciação de bom senso, a primazia do argumento da classe social como fato privilegiado de subordinação tendia a ser secundarizada. E, de fato, é possível especular que, ao colocar no centro do debate questões como a relação inter-pessoal-profissional existente entre patroas e empregadas, revelou-se algo mais sobre as relações cotidianas estabelecidas nesse espaço privado.

Nesse âmbito preferiu-se optar pelo silêncio. Um silêncio que, admitamos, pontuava a sagacidade das críticas elaboradas pelas mulheres negras que, para arrematar, sugeriam que fosse levado em conta um outro assunto de aspecto deveras constrangedor e todo próprio ao ambiente privado. Não deveríamos nos esquecer, por exemplo, do fato de as mulheres trabalhadoras domésticas serem, freqüentemente, vítimas de abuso sexual por parte de uma extensa 'lista de patrões' – maridos, filhos, irmãos, tios e conhecidos de suas patroas. Não seria isso, também, violência doméstica praticada no âmbito de uma relação que deveria ser profissional?

Naqueles dias não ousávamos classificar o assunto como sendo 'assédio sexual no local de trabalho', como hoje se afirma. Era apenas violência doméstico-sexual. Era uma forma de violência que forçava as mulheres negras a se lembrar de que muito pouco havia sido mudado a respeito do comportamento-padrão estabelecido entre os senhores e suas escravas, entre a casa-grande e a senzala.

A radicalização do debate, apontando como as mulheres negras, no fundo, eram o público-alvo 'privilegiado' da política de controle populacional e como a prática de esterilização entre elas era surpreendentemente mais acentuada do que entre as mulheres brancas, foi, também, um divisor de águas muito importante.

O debate público das políticas públicas e o papel dos eventos internacionais

Como podemos perceber, a questão racial, debatida no interior do movimento de mulheres, jamais deixou de provocar nas organizações de mulheres a necessidade de assumir para si um posicionamento acerca dos males provocados pelo preconceito, pela discriminação e pelo racismo presente na sociedade brasileira. A omissão foi, e continua sendo, constantemente denunciada como uma prática que não contribui para a satisfação dos interesses e necessidades das mulheres negras e que, mais grave, acaba se transformando em uma prática de convivência com as atitudes preconceituosas, discriminatórias e racistas. Ou seja, denunciada como uma vivência francamente contrária ao ideal de defesa dos direitos das mulheres apregoado pelo movimento de mulheres e feminista.

A explicitação das contradições, não estaríamos equivocadas em afirmar, contribuiu para a emergência das organizações autônomas de mulheres negras – sejam essas estruturadas como grupos de mulheres negras, sejam, mais recentemente, como organizações não-governamentais de mulheres negras. Esse nível de institucionalização das demandas das mulheres negras adensou o debate em uma direção cuja elaboração de agendas conjuntas – mulheres negras e mulheres brancas – ganha ainda um peso mais relevante.

Chegamos, enfim, à era dos grandes consensos. Acreditamos que aí reside o porquê da decisão da AMB de envolver-se no processo de preparação da III Conferência Mundial contra o Racismo. Ou seja, seguir o curso da história do movimento de mulheres e feminista rumo a uma percepção mais abrangente sobre a vida de um significativo conjunto de mulheres brasileiras: as mulheres negras. No caso de uma organização política como a AMB, significa um compromisso com as reivindicações levantadas pelas mulheres negras

que optaram fazer dessa organização uma organização capaz de defender os interesses e as necessidades que as mulheres negras apontam como estratégicos à superação do preconceito, da discriminação racial e do racismo presente na sociedade brasileira.

Seria muito difícil imaginar que a AMB optasse por essa estratégia de atuação sem que, em seu interior, houvesse mulheres negras forçando uma posição explícita nessa direção. Diríamos que, talvez, isso fosse quase impossível. Ou seja, essa opção da AMB não é casual; ao contrário, revela a opção política tomada por um conjunto de lideranças negras femininas que, no cotidiano da organização de mulheres, não deixam esquecer que as mulheres negras têm uma tal especificidade que precisa ser, imperiosamente, tratada e considerada com muitíssimo cuidado. A delicadeza do assunto, dada a sua dimensão estrutural, exige que as mulheres afrodescendentes sejam tomadas não apenas como um tema (o da desigualdade racial), mas absorvidas na complexidade expressa na dimensão estrutural e política que retêm.

Foi porque ao longo dos últimos anos a AMB encarou com maturidade e vontade política os embates que tivemos entre nós, mulheres brancas e negras, no processo preparatório para Beijing e para Beijing + 5 que fomos capazes de organicamente avançar no sentido do reconhecimento da identidade das mulheres negras, afirmar a igualdade na diversidade e construir uma agenda política que dá centralidade à interseccionalidade das discriminações de gênero e raça. O fato de as mulheres na AMB terem reconhecido e lidado com os conflitos foi um elemento fundamental para que se avançasse em radicalidade política.

Sem sombra de dúvida, o que constrói e amplia as possibilidades da AMB são as mulheres que se inventam e se criam como sujeitos políticos em lutas em seus grupos, suas organizações, seus fóruns ou suas redes, a exemplo do que as mulheres negras integrantes da AMB fizeram.

Diversas articulações e grupos de mulheres negras têm apontado o valor da contribuição da AMB, louvando o fato de essa organização ter sabido, respeitando o protagonismo das organizações de mulheres negras nessa iniciativa, agregar a sua experiência de negociação no terreno das conferências convocadas pelas Nações Unidas aos esforços de participação na III Conferência Mundial contra o Racismo. Do ponto de vista objetivo, essa avaliação é tanto correta como muito respeitosa aos esforços empreendidos pela AMB. No entanto, torna-se insuficiente para estimar, com qualidade, por que a AMB teria se envolvido em uma iniciativa como essa.

No caso de uma organização política com o perfil da AMB (composta de grupos com características tão diversas como desafiadoras), a adesão ao processo preparatório à III Conferência também representa um compromisso com a história de embate e disputa para, assim, se transformar em acordo político. Ou seja, um acordo político que contemple as distintas demandas e argumentos elaborados pelas mulheres negras e pelas mulheres brancas.

Nessa perspectiva, parece bastante evidente que o mandato da AMB em fazer da Plataforma de Ação de Beijing uma realidade nacional deve incluir algo mais. Deve incluir, por exemplo, a história de embate e definição política assumida pelas organizações de mulheres brasileiras e pelo movimento feminista no Brasil. Retirando essa perspectiva, qualquer iniciativa seria meramente instrumental. E para a perspectiva feminista devemos evitar, de forma veemente, essa armadilha do tipo 'o diabo corre da cruz', dada a dimensão reducionista que essa expressão popular, literalmente, encerra: deixar de enfrentar a situação por considerá-la, em princípio, demoníaca.

Sabemos o quanto a Plataforma de Ação de Beijing (PAM) representa um esforço quase impossível de negociação, considerando o conjunto complexo de propostas que

ela contém e as condições adversas de que, no mundo, dispomos como acesso de poder para realizá-la em sua integridade. Talvez, aí resida o segundo porqué da opção da AMB em participar do processo de organização da III Conferência Mundial contra o Racismo. É impossível negociar a PAM desconhecendo as necessidades e especificidades étnico-raciais, bem como a inserção produtiva e a questão etária das mulheres brasileiras. Beijing e Beijing + 5 demarcaram algo que em 1985 (Nairobi) não possuía fôlego, conteúdo teórico, organização, ação e pressão políticas suficientemente capazes de sustentar uma dada visão de mundo: a diversidade inerente às mulheres.

Também é verdade que a experiência acumulada nos processos de organização das Conferências Mundiais sobre a Mulher – e demais conferências do chamado Ciclo Social das Nações Unidas – em muito contribuiu para guiar as organizações de mulheres e feministas, suas redes e grupos, rumo à África do Sul e, mais uma vez, enfrentar o real significado da diversidade entre as mulheres.

No que diz respeito à participação das mulheres brasileiras nesse processo, o diálogo regional latino-americano pode ser apontado como um importante acontecimento a nutrir não só a agenda de interesse comum, mas também a construção de aprendizado sobre as nossas diferenças e o interesse em tratá-las de um ponto de vista político e conceitual. Talvez, para citar um exemplo concreto do caminho seguido, importe mencionar as negociações havidas durante a Conferência Interamericana de Santiago do Chile (dezembro de 2000). Naquele momento, o Caucus de Mulheres, reunindo mulheres e organizações com considerável experiência política e de participação em processos de negociação internacional, logrou incluir a menção explícita às relações de gênero como uma condicionante dos sistemas de subordinação e a defesa das questões ligadas às múltiplas formas de discriminação sofridas pelas mulheres vítimas, ou seja, o racismo, a xenofobia e a homofobia.

Enfim, importa assinalar que nos conteúdos em debate durante a elaboração do Plano de Ação da África do Sul não estava garantido, por princípio, a menção explícita às discriminações a que as mulheres estão submetidas. A bem da verdade, a primeira versão do documento regional nem sequer mencionava as múltiplas formas de discriminação sofridas pelas mulheres. Objetivamente, restringia-se a abrir um pequeno item para tratar as mulheres em geral como um grupo específico de vítimas de discriminação. Acreditamos que a transformação dessa perspectiva, como foi exatamente o caso, resultou de um efetivo *lobby* feminista.

Em âmbito global, o cenário, sob esse aspecto, não diferiu muito. O documento-base era igualmente frágil e omisso – isso do ponto de vista dos afrodescendentes, dos povos indígenas, das feministas ou dos grupos de gays e lésbicas. O Caucus Global de Mulheres, em que pese as suas dificuldades de lidar com a diversidade entre as próprias mulheres, e de reconhecer e afirmar a liderança das mulheres mesmo na condução da Conferência, ao fim e ao cabo, também conseguiu ser efetivo. As múltiplas formas de discriminação sofridas pelas mulheres e a interseccionalidade das discriminações de gênero e raça perpassam praticamente todos os diagnósticos e ações definidas em Durban.

No plano global, dado o resultado final, também é verdadeiro dizer que o Caucus de Mulheres tanto ganhou em quantidade como manteve a qualidade. No entanto, também teve que se deparar com o velho problema de grande parte de redes feministas internacionais, e não somente delas. Em outras palavras, esse espaço de articulação política foi forçado a enfrentar questões como as colocadas por Judith Butler, segundo a qual

na luta pela emancipação e democratização podemos adotar os modelos de dominação pelos quais fomos oprimidas, não percebendo que um modo de a dominação funcionar é

mediante a regulação e produção de sujeitos. Por meio de que exclusões se construiu o sujeito feminista e como esses domínios excluídos retornam para assombrar a integridade e a unidade de um ‘nós’ feminista? E como é possível que a própria categoria, o sujeito, o nós, que deveria ser presumido com o propósito de solidariedade, produza a facciosidade que deveria liquidar? Querem as mulheres tornar-se sujeitos com base no modelo que exige e produz uma região anterior de degradação, ou deve o feminismo tornar-se um processo que é autocritico sobre os processos que produzem e desestabilizam categorias de identidade?⁵

Enfim, são, digamos, déficits democráticos, mas, também e ao mesmo tempo, desafios enormes que o feminismo se coloca e, felizmente, enfrenta na sua prática política.

Uma outra face do envolvimento da AMB com o combate ao racismo tem a ver com a convicção de que os princípios democráticos de igualdade e diversidade ou estão bem radicados dentro dos próprios movimentos, ou não se consolidam como uma agenda política prioritária. É certo que, quanto mais constitutiva a luta anti-racista for dos movimentos de mulheres e dos movimentos sociais como um todo, tão mais efetiva será a pressão desses movimentos sobre o Estado.

A distribuição de direitos – tarefa sobre a qual o Estado desempenha papel central – é matéria de disputa todo o tempo, direitos esses que são criados e afirmados na sociedade civil para só depois se transformarem em demandas frente ao Estado. Nesse sentido, uma das condições fundamentais para que os direitos sejam distribuídos com vistas à produção de igualdade e superação das iniquidades reside na própria sociedade civil. Está na capacidade que os movimentos sociais tenham de tornar a luta anti-racista constitutiva dos seus princípios e práticas políticas, a possibilidade de que o Estado possa combater o racismo e o sexismo, por exemplo, cumprindo os compromissos assumidos em Durban e Beijing.

Portanto, o desafio que se coloca para a AMB, desde uma concepção teórica e uma prática política feminista, é muito maior do que o de construir acordos ou alianças para enfrentar uma conjuntura adversa.

Assim como o feminismo desvendou e denunciou o androcentrismo e o sexismo com que têm sido construídos tantos projetos e práticas políticas, estruturados hierarquicamente, trata-se de reconhecer, combater e denunciar também o etnocentrismo reinante em todos os espaços, mas especialmente naqueles onde estamos. Isso significa reconhecer o quanto o racismo – nas suas expressões mais impostoras – é constitutivo da nossa prática política, sem o que será impossível rejeitar, com a radicalidade democrática que se exige, os velhos esquemas hegemônicos e hegemonizantes, excluientes de identidades coletivas. Como afirma Boaventura de Sousa Santos,

a construção de identidades sociais tem sempre lugar no interior de relações sociais antagônicas e, quanto mais incomunicáveis forem as identidades, mais difícil será concentrar as resistências emancipatórias em projetos coerentes e globais... [Nesse sentido] a recontextualização das identidades exige, nas condições atuais, que o esforço analítico e teórico se concentre na dilucidação das especificidades dos campos de confrontação e de negociação em que as identidades se formam e se dissolvem.⁶

Exige-se já uma disposição para o diálogo e a negociação. Essa certeza explica por que a AMB, no processo da III Conferência Mundial contra o Racismo, também dedicou muitos esforços em estabelecer espaços de discussão e busca de consensos não somente

⁵ Judith BUTLER, 1998, p. 20.

⁶ Boaventura de Sousa SANTOS, 1996, p.142.

com o movimento de mulheres negras, mas também com outras organizações do movimento negro e de defesa dos direitos humanos. Avaliações semelhantes e disposição para o diálogo em diferentes segmentos da sociedade civil organizada permitiram que o processo brasileiro rumo a Durban construísse ações coletivas e alianças que lhes conferiram características muito próprias e diferenciadas de outros processos na América Latina.⁷

Indubitavelmente, avançou-se na conformação de uma ação coletiva e plural contra o racismo. Há que se reconhecer que esse processo conseguiu convocar gente da maior importância dos movimentos de mulheres e de defesa dos direitos humanos. Mas não se pode deixar de constatar as muitas ausências no enfrentamento de uma questão tão estrutural quanto é o racismo no Brasil. Diante desse cenário, é imperioso admitir que há muito a construir como compreensão conceitual e relação política.

Em outras palavras, o desafio, como afirma Lilian Celiberti, é construir espaços coletivos para que as diversas identidades participem na construção de um 'nós' inclusivo, plural, em mudança, dinâmico e não isento de conflito.⁸ Essa é a dimensão básica de uma tarefa política alternativa. A construção da cidadania tem de ser alimentada pela possibilidade de imaginar um futuro em que todas as pessoas tenham futuro.

Colocados os desafios para o futuro e voltando os olhos para o presente, vê-se que a AMB, e certamente também as organizações do movimento de mulheres negras, têm muito que aprender e mudar na sua concepção de liderança, na abordagem e, sobretudo, na análise da realidade que toca o cotidiano das mulheres. Isso não é algo bom ou ruim; é apenas a realidade que devemos enfrentar não como confronto, mas como uma negociação necessária no terreno da política e da teoria feminista. Oxalá, uma realidade mais favorável à expressão de mundo das mulheres negras e indígenas, livres da necessidade de uma velha, machucada e inoperante prática de 'dá lá e vem cá'. Afinal, dá lá o quê? Vem cá? Onde? Quando? Por quê? Então, chega de saudade, a realidade é que, sem elas – a diversidade e os problemas políticos inerentes às relações étnico-raciais – não podem ser. Tudo mudou e, devemos admitir, as mulheres-alvo dessa mudança (mulheres brancas), e não as protagonistas (as mulheres organizadas sob a identidade étnico-racial), ainda têm muito a aprender para acompanhar a complexidade que as mudanças propostas apontam.⁹

⁷ A parceria entre a AMB e organizações do movimento de mulheres negras – notadamente com a Articulação de ONGs de Mulheres Negras para a Conferência Mundial contra o Racismo – permitiu que, já na Conferência Interamericana, a AMB participasse cooperativa e coordenadamente com todas as organizações presentes (de mulheres, ou não) do trabalho de *lobby* junto às delegações oficiais, obtendo-se resultados bastante profícios. As duas rodadas do Diálogo sobre a Conferência Mundial contra o Racismo (em maio e novembro de 2001), promovido pela Articulação de Mulheres Brasileiras e pelo Observatório da Cidadania (Social Watch-Brasil), reunindo ativistas na defesa dos direitos humanos, feministas e integrantes dos movimentos negro e de mulheres negras, são um exemplo dessa caminhada rumo à África do Sul, que adensa a qualidade da presença das ONGs brasileiras no processo. A capacidade instalada nos movimentos anti-racistas para a formulação de argumentos ganhou em eficácia na medida em que se somavam também a experiência e o *know-how* político nos espaços das Nações Unidas, ambos os elementos essenciais à disputa política.

⁸ Lilian CELIBERTI, 2001.

⁹ No que diz respeito às questões que a Articulação de Mulheres Brasileiras ainda precisa enfrentar para, de fato, demonstrar a sua disposição em discutir a diversidade inerente às mulheres brasileiras, inclui-se, por exemplo, reconhecer a identidade própria das mulheres indígenas, suas necessidades, seus interesses, sua história e trajetória de subordinação e luta contra a subordinação. Por isso, as autoras consideram que este artigo, embora cioso em expor a pertinência do sujeito político 'mulheres negras', mantém-se ainda 'em aberto', ainda carente de uma prática política e conceitual que inclua, de fato, a essencialidade que se deseja explícita nos argumentos sobre diversidade e democracia.

Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. "Fundamentos Contingentes". *Cadernos Pagu*, n.11, 1998. p. 11-42.
- CELIBERTI, Lilian. "El foro social mundial: retos para una nueva cultura política." *Cotidiano Mujer*, Montevideu, n. 34, p. 2-3, fev. 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

No More Nostalgia. The Reality is That...

Abstract: This article addresses the issue of diversity in the women's movement through an assessment of the participation of the Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB) in the III World Conference Against Racism. The conditions that determined this participation can be found in the struggles and negotiations that marked the trajectories of women's political organization and of feminist thought in Brazil. For the authors, the debate black women proposed concerning specific conditions of subordination opened up new possibilities for analyzing women's role in production and reproduction. However, these approaches were only incorporated into the practice of the feminist movement during preparation for both the Beijing Conference and Beijing+5. The participation of the AMB in the Durban Conference points out to the increasing recognition of black women's identity, the acknowledgment of diversity and the construction of a political agenda that places the intersection of gender and race discrimination at the center.

Keywords: women's movement, feminism, black women, Beijing platform, gender.